

Apresentação.

O presente dossiê da Revista Latitude reúne um conjunto de resultados de pesquisas diversas de autores situados nas mais diferentes instituições e regiões do Brasil, além de um artigo que retrata um tema português, abarcados pelos temas sociedade, mercado e sustentabilidade.

Os organizadores têm participado de congressos, com destaque para os encontros bianuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), organizado o Grupo de Trabalho "Sociedade, Mercado e Sustentabilidade" e também de uma rede de pesquisadores que tem analisado as relações dos diversos fatores políticos, culturais, sociais e ecológicos sobre os fenômenos econômicos.

Prates & Lima exploram em *"Por uma Sociologia dos Impactos Sociais de Grandes Empreendimentos. O caso da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, Rio Grande do Sul"* as dinâmicas subjacentes aos impactos causados pela construção Usina Hidrelétrica de Dona Francisca (UHDF) no Rio Grande do Sul, Brasil. O ponto de partida é situar o fenômeno dos impactos sofridos pelas comunidades compulsoriamente deslocadas em um contexto difuso de interesses de natureza econômica, política e ecológica com enraizamentos locais e globais. A teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen constitui-se em filtro teórico para dimensionar as experiências pretéritas, do presente e das projeções de futuro feitas pelas famílias reassentadas. Ao final, a dimensão do grande empreendimento de importância econômica e ecológica globais, ganha outra inteligibilidade à luz das histórias de vida dos indivíduos reassentados, os mais esquecidos na grande equação do desenvolvimento.

Em *"Governança transnacional para a regulação de alimentos orgânicos: o caso da IFOAM"*, Camargo tenta interpretar o fenômeno do vertiginoso do crescimento do mercado de produtos orgânicos no mundo demandados principalmente Estados Unidos, Alemanha e França, mas produzidos predominantemente nos países em desenvolvimento, como Índia, Uganda e México. A autora descreve toda uma lógica de regulação: criação de princípios, critérios e indicadores da agricultura orgânica. Camargo centra sua análise sobre a estrutura de governança da *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)* que, como uma organização transnacional criou as bases de rede internacional de produtores, distribuidores, varejistas, e instituições certificadoras de produtos orgânicos. Contudo, o fenômeno não converge para patamares econômicos de procura e oferta. Há todo um imbricado de questões

políticas e sociais e de relações de poder que perpassam as ações para a consolidação desta rede global de orgânicos.

Em *"Entre a racionalidade produtiva e a conservação do ambiente: a produção oleira do município de Iranduba e suas consequências ambientais"*, Hamida & Witkoski perscrutam o fenômeno dos danos ambientais gerados pela indústria cerâmico-oleira, no município de Iranduba, Amazonas, a despeito de sua importância econômica para a cidade. Os autores exploram as relações contraditórias entre a racionalidade produtiva e a conservação do ambiente com respeito a indústria cerâmico-oleira do Estado do Amazonas. Não escapa da análise a lógica da desigualdade entre as classes sociais que sustentam o fenômeno que estudam, a propósito do apelo positivo aparente pelos empregos gerados. Debatem uma questão de fundo que trata das tensões entre uma racionalidade econômica imprudente e uma racionalidade ambiental. Sub-repticiamente a essa discussão, o leitor se depara com a provocação sobre o tema do futuro e das escolhas sobre visões de mundo que estão em disputa.

Em *"As (Im)Possibilidades de Sustentabilidade do Modo de Vida Ribeirinho: Estudo sobre um Grupo Social na Área Insular do Município de Belém-Pa"* Silva Lopes persegue os elementos reveladores de um modo de vida ribeirinho de produção material e simbólica relacionada ao *tempo ecológico*. O autor tenta demonstrar as conexões entre os valores culturais, suas simbologias e os ritmos ecológicos, para então mostrar as relações com as práticas produtivas e de reprodução dos ribeirinhos. Silva Lopes tenta dimensionar este fazer econômico ribeirinho no seu tempo ecológico relativamente ao escopo da economia dominante. Sem cair no escapismo de que o modo de vida ribeirinho não retém elementos de conflito e de tensão, o autor tira uma fotografia rica de um grupo humano ribeirinho e suas práticas simbólico-econômicas em meio a um contexto complexo.

Em *"Belo monte: risco ou progresso?"*, Rodrigues discorre genericamente sobre a produção de riscos na modernidade e, em particular, sobre a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. São explorados fartamente os conceitos de globalização e incertezas e, o que é o forte, do texto, a controvérsia posta na esfera pública sobre os ganhos e perdas (sociais, ecológicas, econômicas) com a construção desta gigantesca obra. A função econômica da usina hidrelétrica é enfeixada por caminhos discursivos discrepantes e legítimos a ponderar os benefícios e os riscos negligenciados. Os grandes dilemas que cerca os valores da sustentabilidade ganham uma configuração ímpar porque Belo Monte não é assunto de relevância somente para a opinião pública local, mas nacional e global.

Em *"Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas. Uma perspectiva sociológica"*, Mascarenhas brinda esta modesta coletânea com uma discussão autorizada a partir de

Portugal. A autora está a analisar os interesses e racionalidade dos atores sociais das empresas portuguesas relativamente às questões do desenvolvimento sustentável e ao crescimento econômico estrito. O caminho escolhido é o da pesquisa da Responsabilidade Ambiental e o Marketing Social a partir dos Rótulos Ambientais. Em seus resultados, Mascarenhas detecta preocupações ambientais efetivas por parte das empresas com possibilidades reais de diminuição dos impactos gerados pelas atividades empresariais. Ainda, que as preocupações ambientais incidem essencialmente na sobrevivência empresarial, a depender menos do um altruísmo empresarial, mas como uma exigência dos novos modos de produção.

Bolzan relata em "*Um estudo de caso acerca do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santa Maria/RS*", o tema delicado da redemocratização brasileira no tocante aos assuntos ambientais. Tomado como um antídoto aos males dos precarismos democráticos, os conselhos municipais de defesa do meio ambiente seriam uma fórmula institucional para deslocar a discussão e a legitimidade das soluções para os dilemas ambientais de uma esfera nacional e geral precária para o plano municipal e local. O cidadão representado teria mais chances de conhecer e controlar a gestão, a fiscalização e a deliberação de políticas ambientais. Entretanto, o estudo de caso feito por Bolzan demonstra os desencontros e insuficiências desse novo processo de institucionalização que erigiu novas relações decisórias sem corrigir as falhas na intermediação entre a sociedade civil e o Estado, aumentando o distanciamento entre a base representada e os executivos do poder.

Os organizadores:

João Vicente R. B. C. Lima (PPGS/UFAL) e Marcelo Carneiro (PPGS/UFMA)